



Transformações no mundo do labor globalizado: uma análise crítica acerca dos impactos do taylorismo e do fordismo no trabalho

Débora Bianco Lima ¹

Elisa Maria Andrade Brisola ²

Resumo

O taylorismo causou profundas mudanças no mundo do trabalho, especialmente após a década de 1990, quando a expansão do capital se consolidou, sobretudo nos países emergentes. A perda do espaço do ofício para a profissionalização, fez com que inúmeros trabalhadores se submetessem as pressões das grandes empresas e se adaptassem a nova configuração produtiva. Competências foram adicionadas ao perfil do assalariado no mundo globalizado, que agora precisa ser flexível, tolerante, ter habilidades motoras e saber manusear máquinas e computadores. Com a escassez cada vez maior de postos de trabalho, os proletariados tiveram que se render a essas exigências e adaptar-se ao mercado contemporâneo para não estar fora dele. Novas formas de gestão do trabalho como Just in time, Kaban e Kaizen foram criadas, todas com o intuito de manipular e controlar cada vez mais os trabalhadores. Para a melhor compreensão da temática, a partir de uma revisão bibliográfica fundamentada nos conceitos marxistas sob a luz de Ricardo Antunes, foi abordada inicialmente a discussão filosófica do trabalho, que se desdobra a partir da ótica do materialismo histórico-dialético, em que se discute a origem e os diversos significados implícitos na atividade laboral, para que, desta forma, se possa compreender melhor a transformação do mundo do labor, que resultou em uma discussão crítica sobre as

¹ Aluna do Programa de Pós Graduação em Educação e Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté. deborabiancolima@hotmail.com

² Assistente social, Doutora em Serviço Social pela PUC- SP, docente Programa de Pós Graduação em Educação e Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté. elisabrisola@uol.com.br

Recebimento: 06/11/2014 • Aceite: 12/11/2014

consequências do fordismo e taylorismo para a construção da nova ordem do trabalho na sociedade moderna.

Palavras-chave: Precarização do trabalho. Taylorismo. Fordismo. Globalização.

Transformations in the world of globalized labor : a critical analysis of the Impacts on the work of Taylorism and Fordism

Abstract

Taylorism caused profound changes in the world of work , especially after the 1990s , when the expansion of capital was consolidated , especially in emerging countries . The loss of the space craft for the professionalization meant that many workers would submit the pressures of big business and to adapt to new production configuration. Skills were added to the wage profile in a globalized world , which now needs to be flexible , tolerant , have motor skills and learn to handle machines and computers . With the increasing scarcity of jobs , proletarians had to yield to these demands and adapt to the contemporary market not to be out of it . New forms of labor management such as Just -in-time , Kaizen and Kaban were created , all with the intention of manipulating and controlling ever more workers . For a better understanding of the subject, from a literature review based on Marxist concepts about light Ricardo Antunes , was initially approached the philosophical discussion of the work , which unfolds from the perspective of historical and dialectical materialism , which discusses the origin and the various meanings implied in the work activity , so that in this way , we can better understand the transformation of the world of work , which aims at a critical discussion of the consequences of Fordism and Taylorism for the construction of the new work order in modern society .

Keywords: Precarious work. Taylorism. Fordism. Globalization.

Introdução

Com o advento da globalização, a produção em massa se torna pautada no rigor da qualidade e no alto controle da mão de obra do trabalhador, desta maneira, o taylorismo se fundamenta na exploração do trabalho em nome da expansão do capitalismo, causando o estranhamento do homem frente a sua atividade produtiva e a perda do sentido do seu trabalho, que se torna flexibilizado, precário e explorado.

Com o intuito de reduzir os custos operacionais e aumentar a produtividade, esta prática de gestão resulta na fragmentação da identidade do trabalhador e na flexibilização de seu trabalho, fazendo com que o assalariado divida sua atividade produtiva com as máquinas, isso quando não são substituídos por elas.

Esta nova ordem do capital, obrigou os trabalhadores a se adaptarem as diversas exigências de qualidade e padrões de produção para manterem seus postos de trabalho, onde suas competências inatas não são mais levadas em consideração, obrigando o trabalhador a se submeter a condições de exploração e perda de sua subjetividade.

A identidade do trabalhador se perde frente a um perverso processo de exploração e fragmentação de seu trabalho, juntamente com a exigência cada vez maior de se capacitar e se submeter as mais diversas formas de opressão, o trabalhador se vê rendido a cada vez maiores cobranças de adaptação.

Esta lógica perversas em nome da maior e melhor produtividade, ocasiona um enorme esforço dos trabalhadores para se manterem no mercado laboral, o que reflete em uma luta desigual, uma vez que o trabalhador se sente rendido a um sistema econômico no qual precisa se adaptar para sua própria sobrevivência.

Desta forma, a centralidade desta revisão bibliográfica se pauta na discussão crítica acerca destas transformações que a globalização causou na forma de trabalhar, levando em consideração as contribuições de Marx acerca da condição de exploração na qual os trabalhadores se encontram.

Portanto, o que se pode elucidar como a principal contribuição deste paper, se refere a uma crítica à processualidade na qual os trabalhadores são obrigados a se enquadrarem neste sistema econômico pautado apenas na reprodução do capital, tendo como objetivo causar a reflexão crítica sobre o impacto destas mudanças no cotidiano do trabalhador, que, com o advento da expansão da globalização, teve sua atividade fragmentada e, portanto,

muitas vezes sem o real sentido de sua função, e como esta nova ordem impacta socialmente as relações de classe entre os colaboradores.

Portanto, antes mesmo de iniciar a reflexão acerca das mudanças promovidas no mundo do trabalho desde os anos de 1990 do século XX e o debate acerca do fim ou não do trabalho, cabe explicitar o conceito de trabalho que se desdobrará neste presente paper para um melhor entendimento deste debate.

1. O que é trabalho: definição de conceitos

Em primeira instância, para que se possa compreender as transformações no mundo do trabalho, deve-se entender o conceito genuíno do seu significado. Para tanto, este tópico pretende fazer uma breve definição da etimologia trabalho sobre a perspectiva de grandes pensadores que ajudaram na definição do que é trabalho, sobretudo no contraponto entre as teorias de Karl Marx e Adam Smith, estudado sobre a luz do marxismo dialético, tratado com propriedade por Ricardo Antunes.

Conforme explica Marx (2002) em “O Capital”, se estabelece a diferença clara entre o trabalho como categoria fundante do mundo dos homens e o trabalho abstrato, quer dizer, “a força de trabalho reduzida à mercadoria sob a regência do capital”.

Para Marx (2002) o trabalho “é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por meio de sua ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”.

Segundo Luckás (1978) o homem dá respostas no mundo por meio do trabalho aos diversos carenciamentos que encontra em sua vida concreta. Nesse mesmo movimento, o homem, conforme o autor, “generaliza, transformando em perguntas seus próprios carenciamentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e, quando, em sua resposta ao carenciamento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações frequentemente bastante articuladas”.

Dessa maneira, a categoria trabalho é compreendida em uma perspectiva ontológica, visto que o homem ao transformar a natureza “externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (LESSA, 2007, p. 137) e, nesta perspectiva, o trabalho constitui o homem, pois por essa mediação, o homem constrói seus meios de vida e se constitui, portanto, como homem.

Em seu livro “A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels”, Ricardo Antunes (2013, p.7) inicia a apresentação dos capítulos com a seguinte frase: “Sabemos que é a partir do trabalho, em sua realização que o ser social se distingue de todas as formas pré-humanas”.

Já no livro “O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova metamorfose do trabalho”, também de Ricardo Antunes, a apresentação dos capítulos se inicia dizendo que:

desde o mundo antigo e sua filosofia, o trabalho vem sendo compreendido como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão. *Érgon* e *póns*, trabalho e fadiga. Momento de catres e vivência de martírio. Ora cultuava-se seu lado positivo, ora acentuava-se seu traço de negatividade (ANTUNES, 2005, p. 11).

De acordo com pensamento cristão, o trabalho era o meio da salvação e martírio, e nas palavras de São Tomás de Aquino, o trabalho foi considerado ato moral digno de honra (ANTUNES, 2005, p. 11).

Lukács (1978, p. 8) afirmou que o “trabalho é um ato de pôr conscientemente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios”.

Segundo a ótica positivista de Weber, o ofício era o caminho da salvação celestial (ANTUNES, 2005, p. 12). Já para Gramsci, segundo Antunes (2013, p. 8) em qualquer forma de trabalho, mesmo no trabalho mais natural, há sempre uma clara dimensão intelectual.

E é justamente este o diferencial do trabalho humano. O homem tem a capacidade de pensar, de prever e programa sua atividade produtiva, sempre usando de sua inteligência para determinado fim.

Em crítica da economia política de “O Capital”, Marx afirma que antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza e, portanto, que o trabalho é também fundamental na vida humana porque é condição para sua existência (MARX, 2002).

Inicialmente, o trabalho tinha a configuração de socialização e sobrevivência. O homem trabalhava para se sentir parte da sociedade, para se socializar e se alimentar. A configuração inicial da força produtiva tinha fundamentação na sobrevivência, uma vez que a caça e o cultivo eram classificados como trabalho, embora não houvesse remuneração em moeda para tal.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre home e natureza e, portanto, vida humana (Marx, “O Capital” V. 1, p. 50 apud Antunes, 2013, p. 8).

Para Adam Smith, considerado pai da economia moderna, o homem é um ser que tem interesses próprios e com a troca de bens e dinheiro, poderia se beneficiar. Desta forma, não seria mais preciso por meio de seu trabalho direto, ser responsável por sua existência.

Para Antunes (2013, p. 30) a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela.

Smith defendia a ideia da barganha, em que, diante da expansão das economias de mercado, a capacidade do homem de fazer barganha colocou

fim a antiga exigência de que toda pessoa, ou pelo menos toda família, fosse economicamente autossuficiente (ZIEGELMAIER, 2011, p. 161).

Este pensamento do economista culminou no início da divisão de classe, uma vez que antes, todos produziam tudo que precisavam para sua sobrevivência, mas, com o advento da troca, houve um aprimoramento de forças específicas de trabalho e cada um começou a se especializar em determinado ramo de atividade.

Em contraponto, o conceito-chave de Marx diz que “a força de trabalho torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital” (Antunes, 2013, p. 8).

Portanto, diante dos estudos de Smith, a barganha tornou possível que nós nos concentrássemos em produzir cada vez menos bens, ou oferecer um único serviço, trocando-o pelo que quer que precisássemos (ZIEGELMAIER, 2011, p. 162).

Ainda segundo Ziegelmaier (2011) em “O livro da filosofia”, o dinheiro causou imenso impacto na vida social, uma vez que a permuta se aboliu e a sociedade pode ir ao mercado trocar seus bens por outros ou ainda, comprar o que quisesse com o dinheiro da venda do que produzia.

Para Marx, esta nova ordem mundial precariza as relações sociais e causa a fetichização da mercadoria. Se antes, por exemplo, as relações baseava-se na dependência pessoal, nos vínculos de sangue, de educação, etc., com o capitalismo, o que ocorre é a predominância da independência pessoal, da indiferença recíproca, construídas a partir da dependência em relação às coisas (SILVA; AQUINO, 2004).

Desta forma, para Marx, há uma inversão de valores, onde o homem passa a ser refém do produto, ou seja, é comandado por aquilo que ele mesmo produz. Isso é resultado das leis de mercado, que forçam o homem a consumir, e desta maneira, ele começa a dar um valor muito grande as coisas.

A eliminação da necessidade de autossuficiência produtiva levou ao surgimento de pessoas com um conjunto de particular de habilidades e

depois ao que Smith chamou de divisão do trabalho entre as pessoas (ZIEGELMAIER, 2011, p. 162).

Portanto, para Marx, a partir da divisão do trabalho se estabelece também a criação da divisão de classe, em que o homem se torna estranho perante seu semelhante.

O trabalho como atividade vital, se configura então como trabalho alienado, expressão de uma relação social fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro. Alienado frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se um ser estranho frente a ele mesmo: o homem estranha-se em relação ao próprio homem, tornando-se estranho em relação ao gênero humano (ANTUNES, 2013, p. 9).

Desta forma, quando o homem passa a produzir bens para a reprodução de mercadorias, perde-se o sentido inicial do trabalho e agora sua força produtiva passa a ter como foco a reprodução de mercadorias, tornando seu trabalho fetichizado e a serviço do capital.

No livro “A riqueza das nações”, Smith desdobra sobre o deslumbre que sente ao perceber que com a reunião de dez homens produzindo cada um uma parte do produto, era possível produzir 48 mil alfinetes por dia, enquanto que um único homem (responsável por toda a cadeia produtiva) conseguiria fazer apenas 20 (ZIEGELMAIER, 2011).

Segundo Antunes (2013), para Marx, de acordo com fragmento “Processo de trabalho e processo de valorização” pertencente ao “O Capital” o papel central que o trabalho tem na sociedade humana, inicialmente visando sua reprodução social é posteriormente objetivada na valorização e acumulação do capital.

Desta forma, de acordo com o novo mercado, não teria mais lugar para os que não se especializassem ao passo que até os filósofos começaram a se dedicarem a áreas específicas do conhecimento, como a ética, a lógica e a metafísica.

Portanto, segundo Smith, a divisão do trabalho aumentaria a produtividade e tornaria possível que todos tivessem um tipo de tarefa a desempenhar.

E esta é a lógica do capitalismo, mais produção, mais fragmentação da mão de obra do trabalhador e cada vez mais flexibilização. Nos tópicos a seguir será abordado como o taylorismo e fordismo fomentou o trabalho repetitivo e sem sentido para o trabalhador, bem como a globalização, que fomenta competências inalcançáveis apenas para a melhor reprodução do capital, em detrimento as condições laborais do trabalhador.

2. O Fordismo e o Taylorismo

Segundo Bihl (1998, p. 39 apud Nogueira, 2004, p. 27) a partir do final do século XIX e início do século XX, o modo de produção capitalista tende a ter como núcleo a grande indústria, cenário que emergem o taylorismo e o fordismo.

O início da administração científica, no século XX, deu-se a partir de esforços do engenheiro Taylor, que pouco depois, teve como seguidor Henry Ford.

O taylorismo baseia-se na estreita separação entre as tarefas de concepção e de execução, acompanhada de uma parcelização das últimas, devendo cada operário, em última análise, executar apenas alguns gestos elementares (BIHL, 1998, p. 39 apud NOGUEIRA, 2004, p. 27).

O foco principal destes esforços eram eliminar os desperdícios praticados nas empresas americanas e, assim, elevar a produtividade organizacional, por meio de técnicas e métodos da engenharia industrial, já que as empresas revelaram uma profunda diferença de métodos de trabalho, em que, cada colaborador praticava sua atividade de maneira individual, sem

padronização ou metodologia, desta forma, era difícil para os empresários medir o nível de produção de cada colaborador.

Com a justificativa de melhor supervisão e o controle de qualidade, o taylorismo veio para implementar a padronização das tarefas e, portanto, criar métodos que aumentariam a produtividade, por meio de tarefas repetitivas.

Portanto, a partir de então, além de ter que provar sua capacidade produtiva para o patrão, o empregado teria que competir com uma máquina, que não tinha necessidades e tampouco salário.

Para que todo este controle fosse possível, era necessário que se implementasse a tecnologia no cotidiano do trabalhador, que se viu aos poucos tendo que dividir espaços com a máquina, isso quando não eram substituídos por elas.

Segundo Ohno (1997, p.30 *apud* Lima, 2006, p. 119) não existe método mágico para a implementação do taylorismo, ao contrário: [é necessário] um sistema de gestão total que envolva habilidade humana até sua mais plena capacidade, a fim de melhor realçar a criatividade e a operosidade, para utilizar bem instalações e máquinas, e eliminar todo do desperdício.

O fordismo, como esclarecido por Nogueira (2004, p. 28), foi criado por Henry Ford em 1913 e tinha como objetivo desenvolver o aumento da produção e assim assistir um elevado número de consumidores.

Em suma, o fordismo tem como premissa a hierarquização das tarefas tal qual uma pirâmide, em que a base é composta pelos operários e o topo cabe os donos ou a presidência.

Nogueira (2004) afirma que a dupla taylorismo-fordismo resultou em um bloqueio ainda maior da atividade mental do trabalhador, uma vez que de uma vez por todas, o trabalho manual se separou do intelectual. Assim, a atividade exercida pelo trabalhador passou a ser fragmentada, perdendo então o sentido de sua força produtiva.

E o resultado é que “os trabalhadores e as trabalhadoras não só não adquirem conhecimento do processo integral do trabalho, como muitas vezes sem sequer sabem o porquê de suas tarefas” (MENICUCCI, 1999, p. 62 apud NOGUEIRA, 2004, p. 30).

A prática da profissionalização em detrimento do ofício culminou no trabalho repetitivo e na flexibilização do trabalhador, já que o assalariado precisava ter competências psicomotoras (para o trabalho repetitivo), bem como interiorizasse esta nova configuração mecanicista do novo ambiente laboral.

Portanto, para Nogueira (2004, p. 29) a divisão social do trabalho estava a serviço de uma produção padronizado, demandando um controle absoluto para maior perfeição na fabricação das mercadorias.

Desta forma, surgem necessidades e perfil diferenciado de profissionais, que deve se atentar às mudanças, ser flexível e tolerante, fazendo uso de recursos tecnológicos para se enquadrar às exigências do mercado contemporâneo.

Como a máquina não pode *suprimir* o trabalho humano, ela necessita de uma maior *interação* entre a subjetividade que trabalha e o novo maquinário inteligente. Surge, portanto, o envolvimento *interativo* que aumenta ainda mais o *estranhamento do trabalho*, ampliando as formas modernas de fetichismo, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma cotidianidade autêntica e autodeterminada (ANTUNES, ALVES, 2004, p. 347).

Com o intuito de elevar a produtividade, o taylorismo se consolida, pois trabalha com estoque zero, alta produtividade e controle total da atividade desenvolvida pela classe trabalhadora. Segundo Nogueira (2004) o taylorismo é parte principal da reestruturação produtiva, que se desenvolveu a partir da crise fordista e que culminou na maior exploração da classe trabalhadora.

Mas foi a partir da década de 1980, e mais especificamente nos anos 1990 que a atividade produtiva baseada no taylorismo teve sua real transformação. Para que houvesse a expansão da produção em massa, surgiram programas de qualidade total e novos padrões organizacionais como *just in time* o aproveitamento máximo do tempo de trabalho, o sistema *Kaban* de logística de reposição mínima e o *Kaizen*- sistema de melhoria contínua.

Estas ferramentas de gestão são focadas em produção rápida, precária e altamente rotativa, além de mínimo estoque, que força a criação de outras empresas em diversos lugares do mundo, nos quais haja mão de obra mais barata e incentivos fiscais, ou seja, melhores condições para a expansão do capital, desta forma, a produção fica fragmentada e segmentada em diversos núcleos produtivos.

No caso específico do *Kaizen*, segundo Lima (2006) ele serve para indicar os trabalhadores desinteressados e elucidar a mão de obra excedente, o que acaba gerando pressões em toda a organização. Esta prática evidencia a necessidade de adaptação dos trabalhadores para se manterem em seus postos de trabalho, cedendo a pressão dos empresários.

Portanto, pautado na produção em massa, no rigor da qualidade e no alto controle da mão de obra do trabalhador, o taylorismo se fundamenta na exploração do trabalho em nome da expansão do capitalismo.

Desta forma, como aponta Nogueira (2004, p. 35) passa a ser fundamental o trabalhador “abraçar a causa da empresa” indicando que a partir de agora a relação de assalariamento significa novas configurações.

Diante das transformações impostas pelo capitalismo, os trabalhadores tiveram que se adaptarem as novas configurações do ambiente laboral, desenvolvendo competências específicas para a expansão do capital e, assim, servir a empresa com as exigências de alta produtividade e rotação de tarefas com a desculpa do bem-estar dos trabalhadores.

3. As consequências da globalização na atividade produtiva

Harvey (2011) afirma que o capitalismo encontrou nas novas tecnologias, a exemplo da robotização das indústrias automobilísticas, uma forma de economia com a mão de obra, que resultou em demissões e precarização do trabalho.

Esta prática também contribuiu para a acumulação flexível do capital que, de acordo com Libâneo, Oliveira, Toschi (2008, p. 76) “se caracteriza pela flexibilização dos processos de trabalho e dos mercados de produtos e de consumo, inaugurando um novo modo de acumulação”.

Com o intuito de reduzir os custos operacionais e aumentar a produtividade, a nova prática de gestão resulta na fragmentação da identidade do trabalhador e na flexibilização de seu trabalho, fazendo com que o assalariado divida sua atividade produtiva com as máquinas, isso quando não são substituídos por elas.

Vale ressaltar que a globalização contribuiu muito para esta precarização, uma vez que a facilidade de transporte das tecnologias para países nos quais a mão de obra é menos organizada e mais barata e tem modificado drasticamente a configuração econômica do trabalho mundial.

Embora o termo globalização possa sugerir a ideia de inclusão de todos os países, regiões e pessoas que se adequem aos novos padrões de desenvolvimento capitalista, o que se percebe, de modo geral, é a lógica da exclusão da maioria [...] rompendo a fronteira e enfraquecendo governos, faz com que os mercados se unifiquem e se dispersem, ao mesmo tempo impõe a lógica da exclusão (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2008, p. 76).

Decorrente do capitalismo, a globalização causou profundos problemas sociais, e, em nome deste desenvolvimento econômico, muitos países subdesenvolvidos tiveram seus povos explorados por países detentores do capital mundial.

Com a escassez do trabalho cada dia maior, os trabalhadores tiveram que se flexibilizar para poderem se manter no ambiente laboral, desta forma,

o trabalhador tende a abrir mão de suas condições de trabalho, sufocado pela necessidade de sobrevivência.

Para garantir seu emprego, segundo Lima (2006), o trabalhador perde o limite de suas tarefas, dos postos de trabalho, das habilidades e, até mesmo, da legitimidade sobre sua própria relação com a empresa.

Harvey (2011) explica que o “exército industrial de reserva” criado por Marx para descrever esses trabalhadores que, agora são disciplinados, manipulados e que têm as competências necessárias para a produção em massa de bens e serviços, portanto, uma condição necessária para a reprodução e a expansão do capital.

O capitalismo não consegue absorver toda mão de obra disponível, portanto, a educação formal destes trabalhadores passa a ser o fator diferencial para a expansão das grandes empresas ao redor do mundo, sobretudo nos países emergentes.

Escassez de trabalho significa aumento de salários. Ou os salários continuam a subir de tal forma a não interferir com a massa crescente de acumulação (porque mais trabalhadores estão empregados), ou a acumulação diminuiu, assim como a demanda de trabalho, empurrando os salários para baixo (HARVEY, 2011, p. 56).

Desta forma, ouve uma onda de capacitação dos colaboradores, que até então, desenvolviam seus ofícios de forma artesanal, mas que, por conta da expansão capitalista, se viu obrigado a profissionalizar suas funções.

O exército flutuante de trabalhadores se submete as imposições do capitalismo em nome do desenvolvimento econômico para que possam estar inseridos no modelo econômico taylorista e assim, sobreviver a custas da precarização de sua força produtiva.

Para Harvey (2011) as tecnologias de economia de trabalho e as inovações organizacionais podem mandar as pessoas para fora do trabalho e de volta à reserva industrial. O resultado é um exercito “flutuante” de trabalhadores demitidos cuja existência coloca uma pressão descendente

sobre os salários. O capital manipula simultaneamente a oferta e demanda de trabalho [...] a esperança é que o desempregado resultante rediscipline o trabalho, fazendo-o aceitar uma taxa de salário menor.

Apesar de o operário da fábrica toyotista contar com maior “participação” nos projetos que nascem das discussões dos círculos de controle de qualidade, com maior “envolvimento” dos trabalhadores, a subjetividade que então se manifesta encontra-se estranhada com relação ao que se produz e para quem se produz. (ANTUNES, ALVES, 2004, p. 346)

Perante a escassez do trabalho, a classe operária se viu obrigada a flexibilizar seu trabalho em prol do capital para que pudesse se manter no ambiente laboral e, assim sobreviver.

4. Metodologia

Este trabalho foi escrito com base em pesquisa bibliográfica, utilizando-se do método histórico e social-construtivo, resultando em uma revisão bibliográfica, cujo objetivo é promover uma reflexão crítica com base nas teorias apresentadas.

Segundo Gil (2008, p. 50) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, sendo que sua principal vantagem é de permitir que o investigador ter contato com uma gama muito ampla de conteúdo.

Desta forma, para o embasamento de uma reflexão de tamanha importância como é o tema “trabalho”, recorreu-se a uma revisão bibliográfica fundada nos conceitos da teoria do materialismo histórico dialético, sobretudo à luz de Ricardo Antunes, cuja obra se desdobra na análise dos conceitos marxistas confrontadas na realidade atual, culminando em uma possibilidade de reflexão acerca das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, já previamente apontadas por Karl Marx em suas diversas obras.

Para Gil (2008), o método social-construtivismo é considerado como uma realidade subjetiva, pois é interiorizada por meio da socialização. O autor defende também que, ao tomarem contato com condições objetivas historicamente determinadas, constroem sua realidade subjetiva que, concomitantemente é objetivada, constituindo, dessa forma, a realidade objetiva em que vivem (GIL, 2008, p.24).

Segundo Lakatos, (1992, p. 81), “o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje”, portanto, esta revisão bibliográfica consiste em contextualizar os conceitos de Marx no presente, de forma a construir uma debate acerca das consequências da nova ordem mundial do capital na vida dos trabalhadores.

5. Considerações Finais

Pautado na produção em massa, no rigor da qualidade e no alto controle da mão de obra, fica claro que taylorismo se fundamenta na exploração do trabalhador em nome da expansão do capitalismo (forçando-os a se adaptarem a uma nova ordem mundial em que competências não se relacionam com suas habilidades inatas), cujo intuito é de redução dos custos operacionais e fomento ao aumento da produtividade, sem nenhuma preocupação com a qualidade de vida e com as reais competências dos assalariados.

Portanto, esta prática da transferência do ofício para a profissionalização, resultou em um trabalho repetitivo e flexibilizado, bem como a esta nova configuração mecanicista do novo ambiente laboral. Em detrimento à subjetividade dos trabalhadores, esta prática de gestão resulta na fragmentação da identidade e na precarização de sua mão de obra, fazendo com que o assalariado divida sua atividade produtiva com as máquinas, isso quando não são substituídos por elas, resultando em uma tensão e instabilidade de sua condição de trabalhador.

Diante das transformações impostas pelo capitalismo, os trabalhadores tiveram que se adaptarem as novas configurações do ambiente laboral, desenvolvendo competências específicas para a expansão do capital e, assim, servir a empresa com as exigências de alta produtividade e rotação de tarefas com a desculpa de seu próprio bem-estar.

Com o conceito forjado de liberdade e igualdade, o capitalismo reproduz a divisão de classe entre os colaboradores, onde seus valores e suas competências se perdem dentro da condição precária de sua atividade de labor, culminando em subjetividades fragmentadas e sem consciência de seu valor para as organizações.

Perante a escassez do trabalho, que torna cada vez mais complexas as relações entre empregado e empregador, a classe operária se vê obrigada a flexibilizar seu trabalho em prol do capital para que possam se manter no ambiente laboral e, assim sobreviver, tornando esta lógica bastante desigual para os trabalhadores, que são oprimidos não somente pelos detentores do capital, mas também pelo próprio poder público, uma vez que os governantes, com o objetivo de trazerem empresas para seus países/ estados implementam cursos de formação técnica para que a população possa se inserir nas grandes indústrias e estes trabalhadores se veem explorados ao precisarem oferecer sua mão de obra barata e obrigatoriamente qualificada.

Porém, em contra partida, nada é ofertado ao colaborador, que, dificilmente consegue ter minimamente o bem que produz com sua força de trabalho, sendo que as empresas desfrutam de isenções fiscais e não oferecem condições favoráveis para o desenvolvimento do trabalho, bem como pagam salários baixos, o que apenas reitera as relações desiguais de classe, tão amplamente discutida por Marx.

Desta forma, nos cabe à reflexão crítica acerca desta nova classe de trabalhadores, chamada de “exército flutuante”, que ao mesmo tempo em que se vê inserido na atividade produtiva, reitera suas condições precárias de classe oprimida e sem participação real no resultado econômico de seu trabalho.

Portanto, este exército flutuante de trabalhadores se submete as imposições do capitalismo em nome do desenvolvimento econômico para que possam estar inseridos no modelo econômico taylorista e assim, sobreviver a custas da precarização de sua força produtiva, reforçando a precarização, flexibilização e exploração de seu trabalho e, portanto, de sua classe.

Referências

- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, A. **A Dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão popular. 2013.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LAKATOS, E. M., e MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez: 2007.
- LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez, 2008.
- LIMA, E. Toyota: a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- LUCKÁS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Temas de ciências humanas. São Paulo: Ciências humanas, 1978.
- MARX, K. **O Capital**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **As relações sociais de gênero no trabalho e a reprodução**. Aurora. Ano IV, n. 6. Ago/2010. p. 59 – 62.
- SILVA, M. F. S. e; AQUINO, C. A. B. **Psicologia social: desdobramentos e aplicações**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004).
- ZIEGELMAIER, R. **O livro de ouro da filosofia**. São Paulo: Globo, 2011.